Universidades Lusíada

Tavares, Maria

Casas a norte : as HE num processo de continuidade (habitações económicas - Federação de Caixas de Previdência)

http://hdl.handle.net/11067/425

Metadados

Data de Publicação 2010

Resumo No momento em que se estima o deficit de habitação em Portugal, em 460 milhares, dos quais 150 mil de carácter urgente, despoletando a necessidade de se reverem os programas do habitar dirigidos ao maior número, as Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência (HE), iniciam em 1947 e ao longo de 25 anos, um vasto trabalho não só de financiamento e promoção do projecto e construção de «Casas de Renda Económica», mas também de aprofundamento e discussão teórica sobre a temática do hab...

Palavras Chave Habitação social - Portugal - Porto - Século 20

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FAA] RAL, n. 2 (1.º semestre 2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-05T15:18:41Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

TAVARES, Maria (2011). “Casas a Norte: as HE (Habitações Económicas- Federação de Caixas de Previdência) num processo de continuidade”. *Revista Arquitectura Lusíada*, N. 2 (1.º semestre 2011): p. 77-88. ISSN 1647-9009.

CASAS A NORTE: AS HE* NUM PROCESSO DE CONTINUIDADE[1]

* HABITAÇÕES ECONÓMICAS – FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA

Maria Tavares[2]

Resumo

No momento em que se estima o *deficit* de habitação em Portugal, em 460 milhares, dos quais 150 mil de carácter urgente, despoletando a necessidade de se reverem os programas do habitar dirigidos ao *maior número*, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE), iniciam em 1947 e ao longo de 25 anos, um vasto trabalho não só de financiamento e promoção do projecto e construção de «Casas de Renda Económica», mas também de aprofundamento e discussão teórica sobre a temática do habitar, revisitando outras experiências, pensamentos e campos disciplinares, propondo novas formas de habitar e cobrindo todo o território nacional.

Focamos essencialmente a *acção Norte*, como um processo de continuidade do trabalho feito em Lisboa, onde se acrescenta o amadurecimento de uma prática contextualizada e motivada por diferentes hábitos e culturas.

*

O presente artigo, tem por base o projecto de investigação de doutoramento em curso na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto[3], que propõe o levantamento dos modelos de habitar das Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE), como ferramenta base para o entendimento dos modelos de actuação no exercício do projecto.

Acreditamos que este organismo, que se dedica ao longo de 25 anos, ao financiamento e promoção, do projecto e construção de «Casas de Renda Económica», com a aplicação de capitais da Previdência, proporciona a partir do final da década de 40, um importante debate e reflexão sobre a modernidade em Portugal, ensaiando um novo percurso na arquitectura doméstica na segunda metade no século XX.

Na qualidade de organismo semipúblico, daí *“liberto dos constrangimentos políticos que o regime ditatorial”*[4] impõe, as HE são fundadas em 1947 no contexto do Ministério das Corporações e *“inscrevem-se no esforço de adaptação do Estado Novo às novas condições políticas”*[5].

---

[1] O presente artigo tem por base uma comunicação realizada na FLUP, com a seguinte referência na FCT: TAVARES, Maria, “Casas a Norte: as HE num processo de continuidade”, in PEREIRA, Virgílio Borges (coordenação) – “Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006), Relatório Científico Final”, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.

[2] Grupo I&D Atlas da Casa, CEAU, FAUP | FCT.
E-mail: mtavares@arq.up.pt

[3] Inserido no grupo de Investigação & Desenvolvimento Atlas da Casa, do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP.

[4] PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho pessoal”, *Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004, pág. 45.

[5] PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção),* Porto, FAUP publicações, 1996, pág. 205.

Surgem por um lado, a par de toda uma agitação cultural por parte de uma nova geração de arquitectos, e por outro, num momento que se constitui de charneira nas políticas habitacionais do Estado Novo. Como ponto de partida para o estudo, parecem-nos ser duas questões fundamentais para o entendimento dos modelos adoptados.

O Congresso dos Arquitectos em 1948, assume-se como a *"vitória dos ideais racionalistas sobre a geração anterior"*[6], potenciado por um movimento colectivo, a favor da renovação de uma linguagem baseada nas experiências Europeias que o pós-guerra implementa, e que debate o contexto social e económico da produção arquitectónica, tendo como tema de eleição o *Problema Português da Habitação*[7].

No seu rescaldo, no início dos anos 50, estudos de Raul da Silva Pereira, estimam o *deficit* de habitação em 460 milhares, dos quais 150 mil de carácter urgente[8], posicionando o debate em torno do alojamento como uma acção prioritária, e despoletando a necessidade de se reverem os programas do habitar dirigidos ao *maior numero*.

O tema da habitação, enquadra-se assim, não só numa perspectiva mais pragmática de resposta a um problema, mas também e essencialmente, na introdução de uma espécie de revisão de conceitos, associados a uma mutação [ou adaptação] do discurso arquitectónico perante o estudo da casa, principalmente esta, de âmbito económico, até então reconhecida por um modelo representativo de um discurso ideológico *ruralizante,* sintetizado na *casa própria, modesta e bem portuguesa*, promovido pelo regime do Estado Novo.

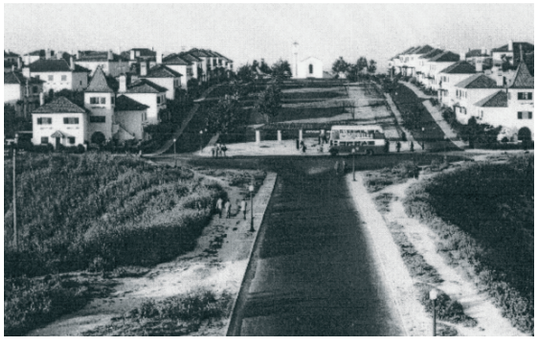


Fig. 1: Casas Económicas

Fig. 2: Casas de Renda Económica

De uma visão puramente ideológica das «Casas Económicas» [fig.1], entra-se, neste contexto de pós-guerra, numa perspectiva mais pragmática, cedendo lugar às razões económicas, com o lançamento do novo programa das «Casas de Renda Económica» [fig.2]. Lançam-se princípios gerais, que propõem uma nova estratégia e que se materializam na Lei 2007[9]. Uma nova aposta, que se distingue pela passagem de um sistema legal de acesso à propriedade, em que a promoção estatal concebe como modelo único, a habitação unifamiliar baseada em várias categorias[10], para um sistema de arrendamento, onde é pela primeira vez admitida a construção em altura em situações desta natureza, mas ainda assim, com um máximo de 4 pisos, assegurando a temível distância aos falanstérios, potencialmente geradores de subversão social[11].

[6] "O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado", *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1987.

[7] *Problema Português da Habitação*, Tema II do Congresso. (Tema I, *A Arquitectura no Plano Nacional).* A propósito destes Temas, ver, *Iº Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada]*, Lisboa, edição Ordem dos Arquitectos, 2008.

[8] PEREIRA, Raul da Silva, *Problemática da Habitação em Portugal*, Separata da revista Análise Social, n.º 1 e 2. Lisboa, 1963, pág. 39.

[9] Lei n.º 2007 de 7 de Maio de 1945.

[10] PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção),* Porto, FAUP publicações, 1996, pág. 205.

[11] *Idem*, pág. 206.

Este é o quadro da fundação das HE, que numa fase inicial, e com o avolumar dos capitais da Previdência, lança-se com o que viria a ser a grande alteração estratégica da década, o Bairro de Alvalade. As suas 2 primeiras células [fig.3], inteiramente construídas com fundos da Previdência, utilizam pragmaticamente os estudos que Miguel Jacobetty vem pouco tempo mais tarde a apresentar no Congresso de 48, como uma contribuição para o já mencionado tema, *Problema Português da Habitação*. Os mesmos estudos, são posteriormente aplicados em outras cidades do país [fig.4], afastando-se das classes operárias e dirigidos a classes médias, *"cujas carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação e de cujo apoio o regime precisava"*[12], mas numa sucessão de pequenas intervenções, longe da escala e da experiência de Alvalade.

Fig. 3: Bairro de Alvalade
(contorno das 2 primeiras células)

Fig. 4: Casas de Renda Económica em Matosinhos

Nuno Teotónio Pereira, figura incontornável no percurso metodológico das HE, entra 1 ano depois do seu arranque para acompanhar a obra do Bairro de Alvalade, e permanece no organismo até à sua extinção. Nos primeiros 12 anos como único arquitecto, responsabiliza-se pela delegação central em Lisboa, passando posteriormente à figura de consultor, após a vigorosa entrada de João Braula Reis para dirigir o sector de estudos e projectos.

A responsabilidade nos quadros das HE, enviam-no para os congressos da União Internacional dos Arquitectos (UIA), onde é delegado português durante 6 anos. Viaja pela Europa à procura de experiências congéneres, nomeadamente as italianas da INA-CASA, de forma a poder aplicar e discutir modelos de actuação no seio das HE. Constitui-se como um dos elementos estruturadores do organismo, em termos de modelos e de base programática ampla, e *"participa na escolha dos terrenos e na definição dos programas, atribuindo encomendas a colegas distribuídos pelo país"*[13], produzindo posteriormente os inevitáveis pareceres que, como o próprio especifica, *"depois de frutuosas trocas de impressões"*[14].

E surgem pedidos por todo o território nacional, lançam-se concursos e encomendam-se projectos. Dada a inexistência de um corpo técnico numa primeira fase, os projectos são entregues a um variado número de arquitectos, de relações pessoais e profissionais de Nuno Teotónio Pereira, enriquecendo o nosso património habitacional, e recusando curiosamente, depois da primeira fase pragmática de Alvalade, o uso de projectos-tipo, a favor de *"elementos funcionais-tipo susceptíveis de várias combinações"*[15]. Veículo gerador de ideias e princípios, é pela mão das HE, logo na década de 50, que os contextos urbanos e rurais, se transformam em verdadeiros laboratórios de experiências habitacionais, por esta nova geração que acredita que a arquitectura tem o poder transformador do comportamento das pessoas.

[12] *Idem*, pág. 207.
[13] PEREIRA, Nuno Teotónio, "Um testemunho pessoal", *Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004, pág. 45.
[14] *Idem.*
[15] Habitações Económicas – Federação de Caxias de Previdência, Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita, nº 9, Outubro 1963, p. 10.

A necessidade de circunscrever uma matéria, leva-nos, a focar a *acção Norte*, obviamente como processo de continuidade do trabalho feito em Lisboa, onde se acrescenta a partir dos anos 60, o amadurecimento de uma prática contextualizada e motivada por diferentes hábitos e culturas, para o que o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa se constitui como uma ferramenta essencial.

Na verdade, no final dos anos 50, a coincidência do Inquérito, que representa *"um esforço de inventariação séria do património"*[16], onde, por razões circunstanciais, participam inúmeros actores das HE, com a introdução de nova legislação em 1958, materializada no programa das «Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo»[17], que permite a descentralização do projecto por todo o país através de uma rede de arquitectos regionais, vai, em termos de produção arquitectónica, mostrar tanto em contexto urbano, mas essencialmente rural, a possibilidade de questionar os dogmas racionalistas da década anterior, procurando uma aproximação à realidade humana, *"no sentido ideológico de um novo realismo social apoiado nas tradições populares"*[18].

Fig. 5: Bairro do Ramalde e eixo da Avenida da Boavista

Iniciamos então este percurso, pela grande operação realizada com fundos da Previdência na cidade do Porto.

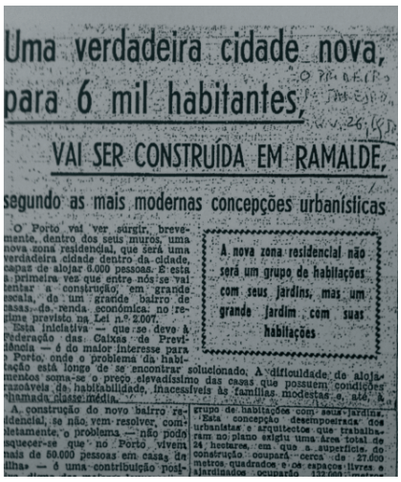
O plano do Bairro do Ramalde [fig.5], surge com a intenção de ocupar uma zona periférica da cidade, beneficiando uma zona de carácter semi-rural com baixo índice de construção[19].

Sob responsabilidade dos serviços de urbanização da Câmara Municipal do Porto, nos finais dos anos 40, propõe-se o Plano Parcial de Urbanização na Zona de Ramalde, na perspectiva de crescimento da cidade, à imagem do denominado "supra–sumo" [20] da década, o Bairro de Alvalade em Lisboa. Apesar de a proposta pretender servir uma área considerável, está longe tanto da escala de Alvalade, como dos regimes legais de habitação propostos. Neste caso, a intenção é a de *instalar comodamente* 6000 habitantes em «Casas de Renda Económica», ao abrigo da já mencionada lei 2007, a grande revelação estratégica da década de 40, que abre portas a um modelo de intervenção mais próximo da realidade Europeia.

O programa inicial, lançado pelas HE, prevê a construção de 106 blocos destinados a «Casas de Renda Económica», mais o inevitável comércio e serviços de apoio local. Este

[16] "O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado", *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1987.
[17] Lei n.º 2092 de 9 de Abril de 1958.
[18] TAVARES, Domingos, *Francisco Farinhas, Realismo Moderno*, Maia, Edição Dafne Editora, 2008, pág. 12.
[19] A propósito desta questão, ver, VASCONCELOS, Diana da Silva, *O Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Um Bairro Moderno no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.
[20] "Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)", *Arquitectura n.º 71*, Lisboa, 1961

primeiro programa, não aprovado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, é revisto segundo uma nova estratégia, abrindo-se em 1949 um concurso público para o Bairro do Ramalde.



Uma verdadeira cidade nova, para 6 mil habitantes,

VAI SER CONSTRUÍDA EM RAMALDE,

segundo as mais modernas concepções urbanísticas

O Porto vai ver surgir, brevemente, dentro dos seus muros, uma nova zona residencial, que será uma verdadeira cidade dentro da cidade, capaz de alojar 6.000 pessoas. É esta a primeira vez que entre nós se vai tentar a construção, em grande escala, de um grande bairro de casas de renda económica, no regime previsto na Lei n.º 2.007.

Esta iniciativa — que se deve à Federação das Caixas de Previdência — é do maior interesse para o Porto, onde o problema da habitação está longe de se encontrar solucionado. A dificuldade de alojamentos soma-se o preço elevadíssimo das casas que possuem condições razoáveis de habitabilidade, inacessíveis às famílias modestas e, até, à chamada classe média.

A construção do novo bairro residencial, se não vem resolver, completamente, o problema — não pode esquecer-se que no Porto viveram mais de 50.000 pessoas em casas de ilha» — é uma contribuição posi-

A nova zona residencial não será um grupo de habitações com seus jardins, mas um grande jardim com suas habitações

grupo de habitações com seus jardins. Esta concepção desempoeirada dos urbanistas e arquitectos que trabalharam no plano exigiu uma área total de 24 hectares, em que a superfície de construção ocupará cerca de 27.000 metros quadrados e os espaços livres e ajardinados ocuparão

Fig. 6: O Primeiro de Janeiro, 1950.

"Uma verdadeira cidade nova, para 6 mil habitantes, vai ser construída em Ramalde, segundo as mais modernas concepções urbanísticas", lê-se no jornal "O Primeiro de Janeiro" de 1950 [fig.6].

Deste modo, este novo Plano Parcial [fig.7], define inicialmente um total de 43 blocos habitacionais, divididos em 2 fases de construção, incluindo "serviços de interesse público, como escolas primárias e de assistência maternal, centro comercial, garagens, zona desportiva"[21], materializando-se numa zona central, potenciada por 2 eixos estruturantes. Uma verdadeira cidade nova, *"com os seus blocos paralelos separados por faixas verdes e um vocabulário marcadamente racionalista"*[22].

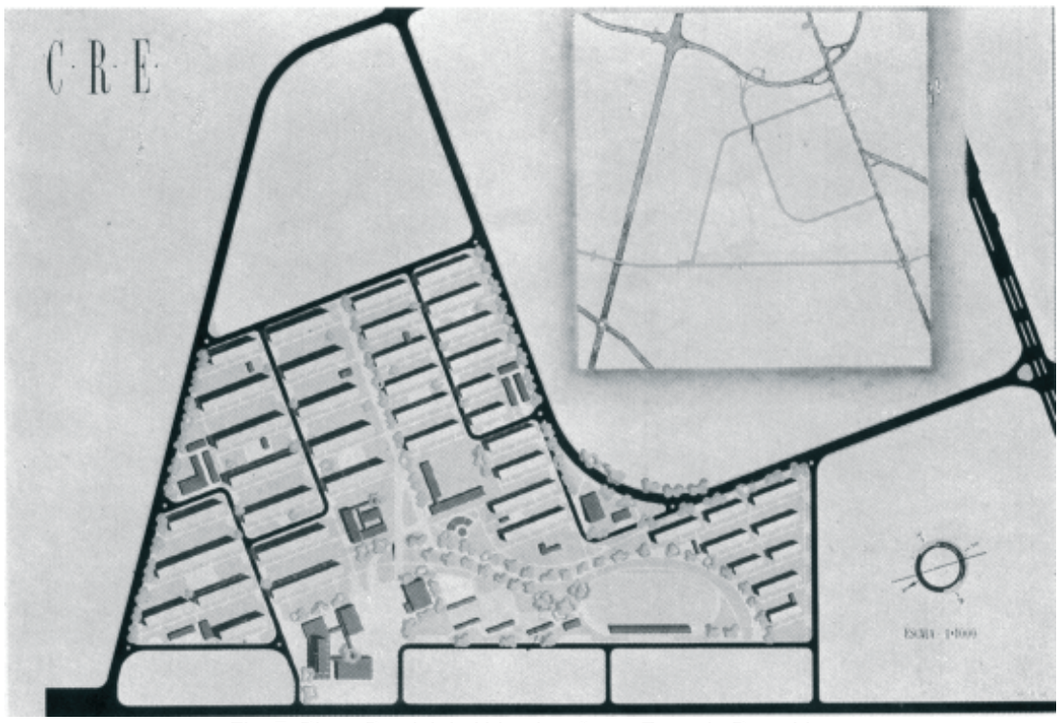


Fig. 7: Plano Parcial de Urbanização na Zona de Ramalde

[21] *O Primeiro de Janeiro*, 26 Fevereiro, 1950.
[22] PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção),* Porto, FAUP publicações, 1996, pág. 208.

Fernando Távora, técnico da Câmara Municipal do Porto entre 1948 e 1958, é responsável pelo plano, e procura dimensioná-lo (segundo, memória descritiva), *"para permitir um mínimo de vida própria; o tráfego mecânico ia perdendo importância à medida que se aproximava de um eixo central de peões, ligando as casas, o parque, o centro comercial. O equipamento era bastante desenvolvido e a orientação das fachadas o melhor possível"*[23]. Todo o equipamento assume uma posição central face ao plano, estabelecendo uma relação de proximidade entre eles e o espaço verde, que unifica toda a proposta.

Curiosamente, Távora afirma que, *"os edifícios estavam já projectados aquando da elaboração do plano, tendo inicialmente como modelo o Bairro de Alvalade"*, readaptando-o, *"por não se adaptar ao desenho e às características do Porto"*[24]. Importa referir a visão renovadora do autor, salientando um conjunto de valores e de ideias relacionadas com um ideal de moderno, enquadrando os princípios de discussão da Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), fundada em 1947 na cidade do Porto, de que faz parte. O denominado "grupo actuante" tem como objectivo divulgar e estudar a arquitectura moderna, abrindo portas a novos campos de discussão e de trabalho, permitindo aqui questionar o programa, a habitação mínima, racionalização e economia da construção.

Longe de resolver o problema da habitação na cidade do Porto, dados os números que estimam o *deficit* habitacional, potenciado pelas débeis condições nas ilhas, o Bairro do Ramalde, dirige-se, assim como todos os programas de renda económica ao abrigo da lei 2007 promovidos pelas HE, aos beneficiários de diferentes Caixas de Previdência que concorrem ao respectivo Bairro, ficando agrupados pelos diferentes blocos habitacionais.

Do Plano Parcial proposto, não se constrói a sua totalidade

Apenas 26 blocos são construídos, divididos por 2 fases [fig.8], sendo que 6 são de dimensões bastante reduzidas, o que obriga a uma revisão por parte do autor. O equipamento também não chega a ser construído, muito embora a sua programação seja exemplar quanto à definição de um projecto complexo, respondendo às *"mais modernas e racionais concepções urbanísticas"*, dando a este novo bairro *"as características de uma «cidade-jardim»*[25].

[23] "Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)", *Arquitectura n.º 71*, Lisboa, 1961.
[24] Conforme entrevista dada a Nuno Lacerda, no âmbito do seu processo de doutoramento. LACERDA, Nuno, *Projecto e Modos de Habitar*, Dissertação de Doutoramento, FAUP, Abril 2008.
[25] Conforme *O Primeiro de Janeiro*, 26 Fevereiro, 1950.

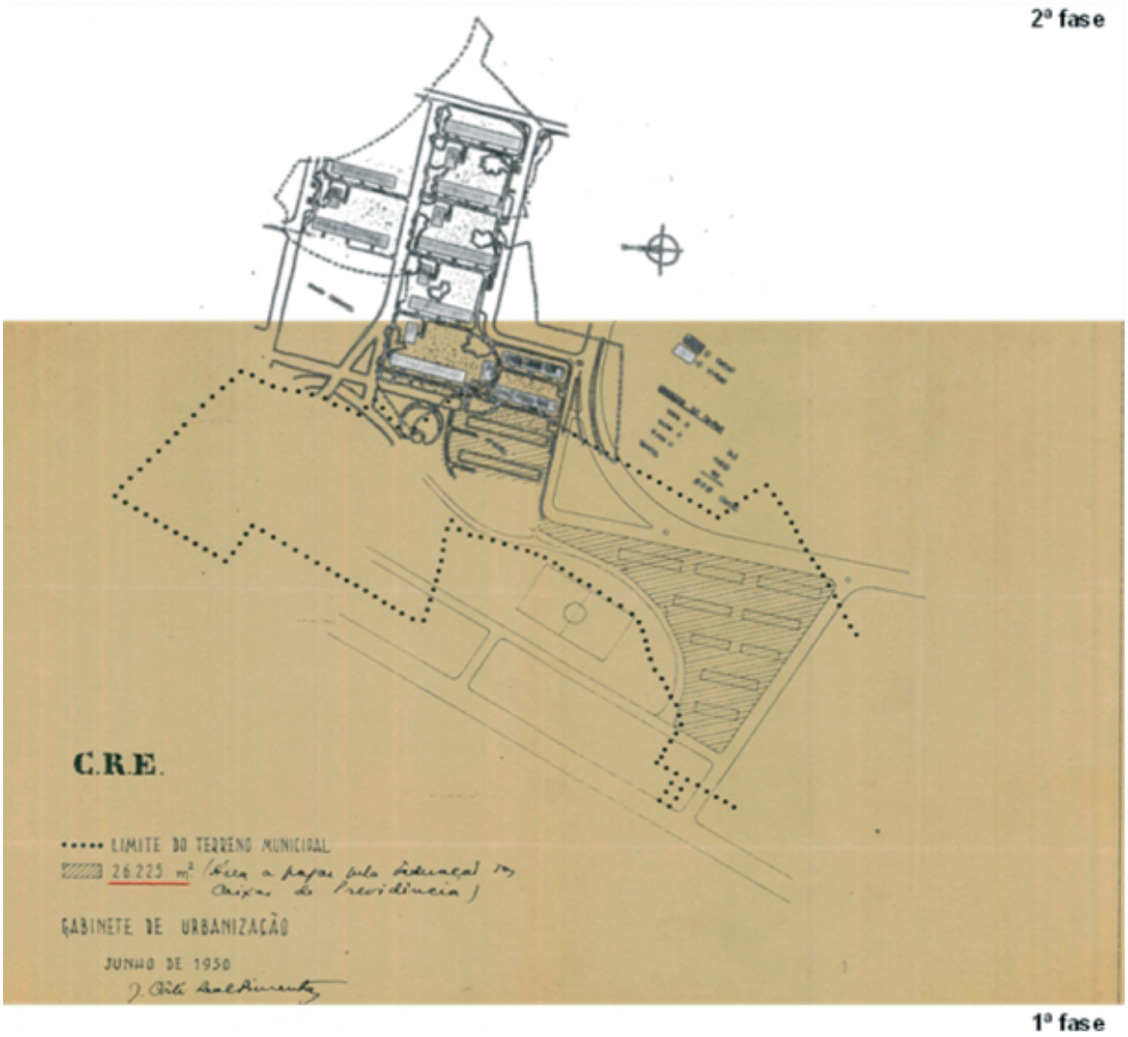


Fig. 8: 1ª e 2ª fases do Plano.

A primeira fase, que corresponde a uma área triangular situada a Sudeste do terreno, mais 2 blocos a Norte destes, demonstram uma atenção diferente no tratamento do espaço público, dada a reduzida altura dos edifícios e afastamentos entre eles. Na segunda fase, que reduz substancialmente o numero proposto inicialmente (de 34 para 17 blocos habitacionais), é alterada a questão da densidade, com uma forte relação entre a escala humana e os edifícios propostos[26].

Veja-se os diagramas que Gropius sugere em 1930 no III CIAM em Bruxelas, para estudar a relação entre a altura dos edifícios e o distanciamento entre eles. A "Construção Baixa, Média ou Alta?" procura mostrar esta proporcionalidade directa, interferindo por isso no desenho da cidade, contribuindo para a sua modernidade através de um relação equilibrada entre a arquitectura a natureza e a sociedade[27].

O Moderno bloco de habitação colectiva, deixa de ser estudado como uma peça isolada na cidade, recuperando, como afirma Ana Tostões, *"uma nova dignidade"*, pensado *"como peça repetível em função dos valores urbanos"*, sendo estes, os casos que contribuem para *"uma imagem de cidade mais contemporânea civilizada e mais internacionalmente urbana"*[28].

[26] VASCONCELOS, Diana da Silva, *O Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Um Bairro Moderno no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.
[27] *Idem.*
[28] TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações, 1997, p. 71.

Conhecem-se 3 diferentes propostas para os vários tipos que constituem os blocos habitacionais

Relativamente à sua escolha, supõe-se, através de testemunho pessoal de Nuno Teotónio Pereira, que imite os pareceres como técnico responsável pelo sector de estudos e projectos das HE até 1958, que algumas das propostas não respondem aos requisitos previstos, salientando a importância dos respectivos projectos se aproximarem de uma linguagem Europeia das experiências do pós-guerra, ainda que revistas, introduzindo uma constante experimentação sobre o espaço doméstico, o conceito de mínimo, e sobre uma forma moderna de habitar, dadas as novas condições familiares e do papel da mulher na organização da casa.

Parece-nos ser uma das questões fundamentais, dado que todas as propostas cumprem um mesmo programa, mas traduzindo obviamente diferentes entendimentos do espaço do habitar.

Ora vejamos

Em 1949, uma equipa de 2 arquitectos, assinam uma primeira proposta desenhada [fig.9] com total desconhecimento do traçado do plano geral. Em memória descritiva, os próprios referem a impossibilidade de representar os espaços que antecedem os edifícios, *"assim como os anexos que lhes ficam posteriormente"*.

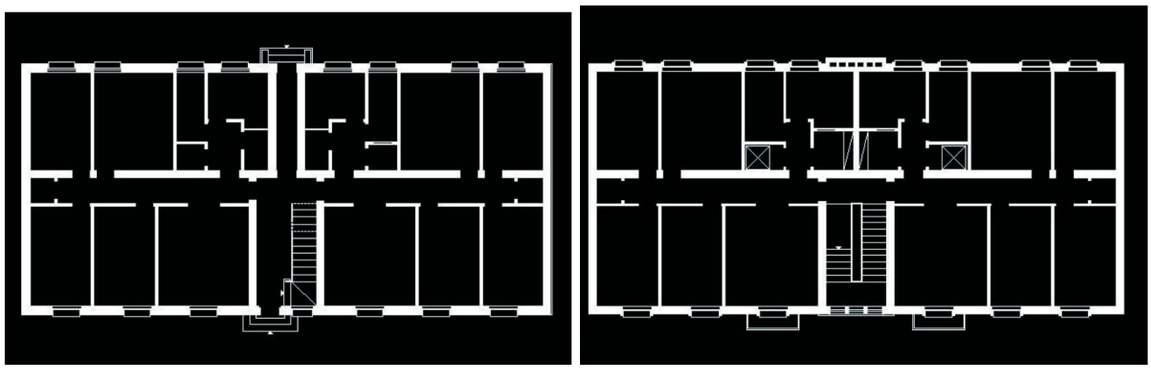


Fig. 9: Proposta tipológica para o Bairro do Ramalde (tipo 3) | Manuel Magalhães | pisos 0 e 1

Proposta muito *oficial*, traduz claramente uma aproximação aos projectos em construção em Alvalade, nomeadamente as suas duas primeiras células realizadas com fundos da Previdência e que Matosinhos conhece recentemente.

Muito próximo do conceito do projecto-tipo de Miguel Jacobetty, é posto de parte, sendo que não representa nenhum tipo de compromisso com os princípios modernos.

O mesmo não se pode dizer, de uma segunda proposta, de João Andresen e Rogério Martins [fig.10]. Andresen é responsável por outros trabalhos para as HE na região Norte, e sabe questionar as relações fundamentais entre o espaço mínimo e a organização doméstica. No caso específico, da leitura dos dispositivos propostos, prevê-se uma complexidade programática pouco própria de uma habitação que se quer económica. Seja a existência do quarto da criada, como de uma sala de trabalho, flexibilizada pelas entradas múltiplas.

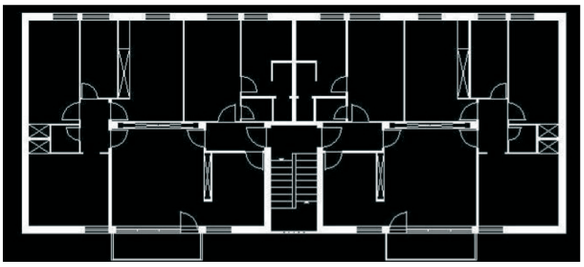


Fig. 10: Proposta tipológica para o Bairro do Ramalde (tipo 3)
João Andresen e Rogério Martins | piso tipo

No entanto, não se distancia de alguns projectos realizados no contexto das HE, nomeadamente o conjunto para Braga de Nuno Teotónio Pereira, que representa o primeiro projecto fora do contexto inicial do organismo com o uso de projectos-tipo. Nuno Teotónio também propõe o quarto da criada, reduzindo e racionalizando ao máximo todas as circulações, como Andresen propõe. Programas mais extensos do que seria de esperar para situações desta natureza, muito embora previstos nos programas de trabalho das HE, visto poder-se contemplar várias categorias habitacionais, que reflectem obviamente diferentes abordagens programáticas.

Quanto ao caso de Fernando Távora, importa referir que a leitura do programa é a questão fundamental que o distancia das outras propostas [fig.11].

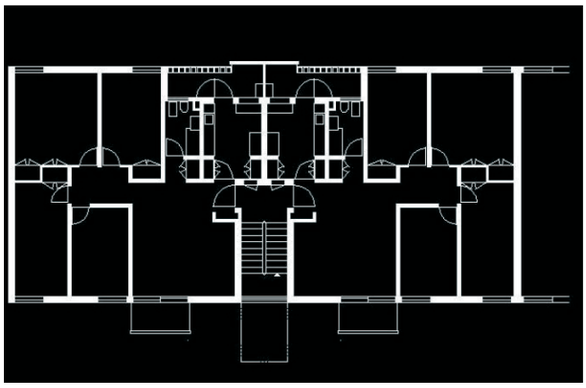


Fig. 11: Proposta tipológica para o Bairro do Ramalde (tipo 3) | Fernando Távora | piso tipo

Távora *"dá o exemplo do pragmatismo e de uma modéstia deliberadamente assumida"*[29], tão própria das suas propostas, e que aqui, na sua primeira grande obra em termos de escala e dimensão no âmbito da habitação, o que revela uma preocupação acrescida pela repetição da forma, traduz esse mesmo pragmatismo, pela simplificação total do programa. Clarifica a possível sectorização programática que Andresen introduz, retirando o quarto da criada, concentrando as zonas de águas num ponto apenas, anulando o hall de entrada, introduzindo uma espécie de biombo que protege o espaço comum e, libertando totalmente a sala, transformando-a no ponto central da organização doméstica.

Curiosamente, as peças desenhadas referentes à fase de execução, nomeadamente as carpintarias, totalmente pormenorizadas à escala de 1 para 1, são assinadas por Nuno Teotónio Pereira, o que leva a supor que uma série de detalhes, fariam parte de um exaustivo estudo de componentes por parte do organismo, pondo em prática o já mencionado conceito de elemento funcional-tipo.

[29] "O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado", *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1987.

Esta realização assinalável na cidade do Porto [fig.12], onde se sugere claramente os códigos da Carta de Atenas na disposição dos edifícios[30], originando uma zona residencial *"não com um grupo de habitações com os seus jardins, mas um grande jardim com as suas habitações"*, como divulga o jornal *O Primeiro de Janeiro*, é, segundo Nuno Portas *"a primeira e legitima oportunidade de (...) erguer o «nosso bairro Siemens»; de contrapor ao espírito acanhado e pequeno burguês de Alvalade (...), um método funcionalista, com a sua subordinação declarada à exposição das fachadas, o seu terreno livre e de «core», num zoning definido à letra"*[31].

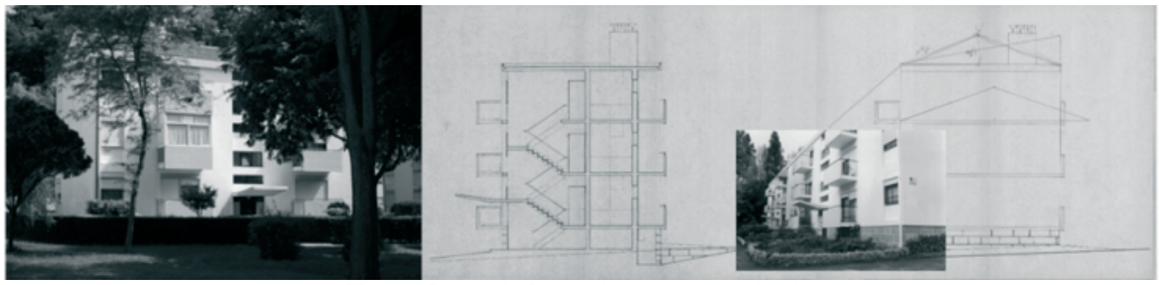


Fig. 12: Bairro do Ramalde | secção e alçado.

Ao contrário de Lisboa, que vê crescer a cidade com as modernas experiências de Olivais-Norte e posteriormente Sul e Chelas, onde as HE têm um papel fundamental em termos de promoção e financiamento, o Porto esgota a sua acção numa primeira fase, com esta experiência em Ramalde, retomando de alguma forma, mais perto da extinção do organismo com edifícios para o plano do bairro da Pasteleira de João Serôdio, embora em clara presença de uma fase de transição.

No entanto, durante os anos 50, a zona Norte, é pontuada por uma série de experiências ainda ao abrigo desta lei, organizadas pela delegação central em Lisboa, sob controlo de Nuno Teotónio Pereira, que para além de proceder à encomenda destes projectos, também os realiza no seu *atelier*, juntamente com os seus colaboradores, manifestando um espírito de pesquisa e abertura a novas tendências[32].

Podemos, a título exemplificativo, apontar as acções em Braga, Viana do Castelo, Bragança, entre outras, de carácter mais urbano, ou então Vila do Conde, Barcelos e Famalicão, num registo mais próximo de um contexto rural, resultando em leituras programáticas diferentes e adaptadas às circunstâncias locais. Valorizam-se vivências, novas estruturas físicas, e propõem-se novos modos de habitar.

A transição para a década de 60, fica marcada pela introdução da já referida lei que prevê as «Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo», que entra em vigor em 1958, e que trará consequências determinantes ao nível dos modelos de acção do organismo nos anos que se seguem.

Com o acumular dos capitais da previdência, é possível a concessão de empréstimos para a construção, aquisição ou beneficiação de casa própria, cuja base reside no apoio a particulares beneficiários da Previdência, que respondam a um certo número de requisitos que a lei estipula. A particularidade desta lei 2092, e que irá proporcionar por um lado um grande dinamismo ao nível dos já referidos modelos de acção e, por outro, a possibilidade de expansão da equipe de trabalho, é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e Casas do Povo, que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção[33].

[30] TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações, 1997, p. 75.
[31] "Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)", *Arquitectura n.º 71*, Lisboa, 1961.
[32] "O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado", *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1987.
[33] A propósito desta questão, ver, TAVARES, Maria, "Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas,

Destaca-se neste período da acção das HE, um exaustivo trabalho de investigação sobre os diferentes modos de habitar, aproximando esta espécie de laboratório de experiências, contemporâneo do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, às realidades de um mundo, já em plena transformação. O Inquérito, como consequência imediata do Congresso de 48 e, depois de editado sob a forma de síntese em 1961, produz um enorme impacto nas convicções dos arquitectos[34]. Para as HE, constitui-se como uma ferramenta essencial, no debate em torno das operações de cariz rural ou antropológico.

E é ao longo dos anos 60, que a aplicação desta nova lei apresenta resultados. Anos de transição e de revisão quanto ao processo do moderno, os 60, constituem-se de consolidação para as HE, pelo amadurecimento metodológico da prática de uma encomenda, assolada de experiências enriquecedoras quanto ao processo de transformação social.

Com uma equipa de cerca de 20 arquitectos, e com uma recém-nascida delegação Norte orientada por Alcino Soutinho, cria-se uma rede de Arquitectos Regionais, descentralizando todo o processo, como forma de responder aos pedidos provenientes dos mais variados contextos do País.

Os casos mais representativos, são os que se constroem para as empresas fabris e casas do povo, tendo como elemento pertinente de valorização do projecto, a capacidade do utente poder participar na concepção e discussão do programa.

Deste modo, e em jeito de conclusão, ao longo destes 25 anos, são pensados novos espaços de habitar, com novos acessos, novas agregações, novos princípios de organização, novos dispositivos espaciais. Importa a forma como se estuda o programa de forma participativa, o pelo papel da mulher na nova vida doméstica e, a aparente simplificação de programa do habitar, assumindo-se uma responsabilidade social, propondo a renovação de uma prática, capaz de aplicar os meios disponíveis de uma forma original e pioneira, com *um elevado sentido de serviço público*[35], como defende Nuno Teotónio Pereira.

Bibliografia

Iº Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada], Lisboa, edição Ordem dos Arquitectos, 2008.

Habitações Económicas – Federação de Caxias de Previdência, Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita, nº 9, Outubro 1963.

LACERDA, Nuno, Projecto e Modos de Habitar, Dissertação de Doutoramento, FAUP, Abril 2008.

O Primeiro de Janeiro, 26 Fevereiro, 1950.

"O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado", Tendências da Arquitectura Portuguesa, Lisboa, 1987.

PEREIRA, Nuno Teotónio, Escritos (1947-1996, selecção), Porto, FAUP publicações, 1996.

PEREIRA, Nuno Teotónio, "Um testemunho pessoal", Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira, Lisboa, Quimera Editores, 2004.

PEREIRA, Raul da Silva, Problemática da Habitação em Portugal, Separata da revista Análise Social, n.º 1 e 2. Lisboa, 1963.

"Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)", Arquitectura n.º 71, Lisboa, 1961.

TAVARES, Domingos, Francisco Farinhas, Realismo Moderno, Maia, Edição Dafne Editora, 2008.

Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal", Dissertação de Mestrado, FAUTL, 2003, p.81.

[34] TAVARES, Domingos, "Os Anos do Inquérito", In *António Meneres: dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, Porto, edições FAUP, 2006, pág. IV.

[35] PEREIRA, Nuno Teotónio, "Um testemunho pessoal", *Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004, pág. 45.

TAVARES, Domingos, “Os Anos do Inquérito”, In António Meneres: dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, Porto, edições FAUP, 2006.

TAVARES, Maria, “Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal”, Dissertação de Mestrado, FAUTL, 2003.

TOSTÕES, Ana, Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50, Porto, FAUP publicações, 1997.

VASCONCELOS, Diana da Silva, O Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Um Bairro Moderno no Porto, Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.